



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2015  
(Do Sr. Arthur Virgílio Bisneto)

Solicita do Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, informações quanto à regularização dos repasses de recursos usados para subsídios do setor elétrico.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Eduardo Braga, Ministro de Estado de Minas e Energia, no sentido de esclarecer esta Casa quanto aos atrasos dos repasses de recursos usados para subsídios do setor elétrico somente em 2016.

**JUSTIFICAÇÃO**

De acordo com reportagem do jornal *Estadão*<sup>1</sup>, publicada no último dia 9 de maio, os estragos financeiros vividos pelo setor elétrico chegaram a uma situação tão crítica que os repasses de recursos usados para cobrir subsídios do setor só conseguirão ser regularizados em 2016. Durante todo este ano, as faturas seguirão em atraso. Apesar do tarifaço aplicado nas contas de luz do consumidor, os calotes nas transferências para as distribuidoras, que começaram a ocorrer no ano passado, estão longe de ser resolvidos. **As concessionárias têm R\$ 2,450 bilhões a receber.** O atraso soma sete meses de dívidas, de outubro de 2014 a abril deste ano.

---

<sup>1</sup> Vide, por exemplo, na Internet a notícia disponível no endereço: <http://m.economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-deve-r-2-45-bi-a-distribuidoras,1684205>, consultado em 9/05/2015.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

O dinheiro deveria ter sido repassado pelo Tesouro Nacional no ano passado para pagar subsídios que são garantidos por lei a consumidores rurais e programas que financiam fontes de energia renováveis como eólicas, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas.

Ao longo de 2014, no entanto, o governo federal passou a atrasar os pagamentos. Neste ano, a União decidiu suspender as transferências e repassar todo o custo dos programas sociais para a conta de luz. Para cobrir esse gasto, em fevereiro, as tarifas de energia subiram, em média, **23,4%** em todo o País. Além disso, no início de março, o sistema de bandeiras tarifárias foi reajustado e passou a cobrar R\$ 5,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) de consumo, ante os R\$ 3,00 inicialmente definidos.

Nem mesmo esses dois aumentos foram suficientes para estancar as dívidas e regularizar a situação com as concessionárias de distribuição. Embora o impacto tenha chegado às contas de luz de março, somente em abril o dinheiro chegou à Eletrobrás, gestora do fundo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e responsável pelo pagamento dos subsídios.

Historicamente, o subsídio sempre foi pago com um mês de defasagem. Mas, por orientação do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a estatal decidiu seguir um cronograma de pagamento de dívidas por ordem cronológica. Assim, os débitos mais antigos serão pagos antes, conforme determina a Lei das Licitações (8.666/1993).

Frente a essas informações publicadas pela imprensa, vimos, portanto, por meio do presente pedido, encarecer ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia que envie, no mais breve prazo possível, informações quanto às razões que justifiquem tal medida, a regularização, somente em 2016, dos repasses de recursos usados para subsídios do setor elétrico.

**Sala de Sessões, 12 de maio de 2015**

**Arthur Virgílio Bisneto**  
**Deputado Federal – PSDB/AM**